**PODER**

# Lula admite escolher uma mulher para STF

A possibilidade ocorre ante a resistência ao nome de Messias, o preferido do presidente

» FERNANDA STRICKLAND

Ed Alves CB/DA Press



**Lula discutiu a indicação ao STF com os presidentes do Senado e da Câmara e com ministros da Corte**

Ante a persistente resistência ao nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a vaga aberta no Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu a possibilidade de escolher uma mulher para a Corte.

Atualmente, o STF conta com apenas uma representante feminina, a ministra Cármen Lúcia. A eventual indicação de uma mulher também atende a uma reivindicação de setores da base governista, que, desde o início do terceiro mandato do petista, defendem maior representatividade no tribunal. Parte desses grupos sustenta que a indicação deveria ser, especialmente, de uma mulher negra.

A vaga no STF foi um dos assuntos tratados no jantar de sábado à noite, no Palácio da Alvorada, de Lula com os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Também participaram ministros da Corte: Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Alexandre de Moraes.

Segundo interlocutores, durante a conversa, Lula reafirmou sua preferência por Messias. Apesar disso, sinalizou estar aberto a discutir outras possibilidades diante das resistências enfrentadas pelo AGU no Senado.

A indicação de Messias rejeitada pelos senadores em abril, o que ampliou as incertezas sobre a estratégia do Palácio do Planalto para preencher a vaga.

Durante o jantar, ministros do STF e Alcolumbre também defenderam o nome do ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco para a vaga. Ressaltaram que ele reúne experiência política, credenciais e competência para ocupar a cadeira que foi de Luís Roberto Barroso.

Além de Pacheco, outros nomes são mencionados como possíveis alternativas para a vaga. Entre eles estão os das ministras do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Daniela Teixeira e Regina Helena Costa.

A vaga está aberta desde a aposentadoria de Barroso, há mais de um ano, e a escolha do novo ministro exige articulação entre o Executivo e o Senado, responsável por analisar e votar a indicação presidencial. A resistência a Messias e a defesa de nomes alternativos ampliam o desafio de Lula para construir apoio em torno de sua decisão.

**Memória**

## *Rejeição no Senado*

*Em 29 de abril, o Senado rejeitou a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o Supremo Tribunal Federal (STF) — um grande revés para a gestão Lula.*

*Após oito horas de sabatina na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Messias foi aprovado por 16 votos a 11. No plenário, porém, onde precisava de, ao menos, 41 votos favoráveis, recebeu apenas 34. E 42 contrários.*

*A rejeição a Messias foi uma vitória do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que defende para o cargo Rodrigo Pacheco, ex-chefe da Casa. Atualmente, ele é ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).*

*Ao longo da história, o Senado havia recusado apenas cinco indicações ao STF. A negativa anterior havia sido em 1894, durante o governo de Floriano Peixoto.*

### » Janones: "Sou um ator político"

Ao jornal espanhol El País, o deputado André Janones (Rede-MG) comentou sobre o Exército do Lula, canal de Whatsapp que liderou o engajamento digital da campanha do presidente. O jornal disse que a liderança do parlamentar impulsionou a "virada eleitoral mais emocionante dos últimos tempos". Na entrevista, Janones afirmou que tem recebido convites internacionais para participar de campanhas presidenciais, mas que não pretende ser consultor. "Sou um ator político. Quero compartilhar meus conhecimentos para contribuir com o crescimento do campo progressista e, consequentemente, com o fim da extrema direita no mundo", afirmou.

# Acordo pelo Fundo Constitucional

» MARIANA GARCIA*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



**O senador Izalci Lucas disse ser contra a privatização do BRB**

O senador Izalci Lucas (PL-DF), eleito deputado federal para a próxima legislatura, afirmou que votou a favor do pacote de ajuste fiscal do governo no Senado após acordo que preservou o Fundo Constitucional do Distrito Federal. "Nós conquistamos realmente uma vitória muito significativa para o DF. A gente conseguiu tirar o fundo desse pacote fiscal que daria um prejuízo de quase R$ 2 bilhões para o Distrito Federal por ano", afirmou às jornalistas Denise Rothenburg e Samanta Sallum, no programa *CB.Poder*, parceria do **Correio** com a TV Brasília.

Izalci explicou que, apesar de ser contrário a medidas do pacote, decidiu apoiar a proposta para evitar prejuízos ao DF. "Votei a favor. Votaria contra, se não tivesse feito o acordo, porque, de fato, eu sou contra o aumento de imposto", declarou.

O parlamentar reprovou o que considera transferência do peso do ajuste para estados, municípios e empresas. "O que eu critico muito é que o governo federal está cortando na carne dos outros, e não na carne dele", disse. Para o senador, o pacote não resolve o desequilíbrio das contas públicas.

A negociação também alterou os valores da compensação pelas perdas da Lei Kandir. De acordo com Izalci, o governo havia proposto reduzir os repasses anuais de R$ 4 bilhões para R$ 1 bilhão. "A gente conseguiu passar para R$ 2 bilhões, e a compensação acontece até 2030", afirmou.

Ele ainda comentou sobre a possibilidade de empresas utilizarem créditos de PIS e Cofins para compensar valores devidos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que começa a ser implementada em janeiro. "A gente conseguiu, deixando claro que é possível compensar o PIS-Cofins na CBS", frisou. Sobre a votação do pacote na Câmara, o senador apostou em aprovação sem alterações no texto.

Outro tema foi a PEC 1/2025, de autoria de Izalci, que propõe ampliar a autonomia do governo local na gestão das forças de segurança. A proposta altera o artigo 21 da Constituição e busca permitir que o GDF administre os recursos destinados às corporações sem depender de autorização federal para medidas.

"A governadora, para fazer um concurso público ou dar um reajuste salarial para a Segurança Pública, tem que pedir para o governo federal que, concordando, manda para o Congresso. Depois, se autorizado, dá o reajuste. E toda vez que essa questão vai para o Congresso, gera discussão, precisamos tirar isso", defendeu. Ele espera que a proposta avance no Senado ainda durante seu mandato.

## Banco de Brasília

Sobre o Banco de Brasília (BRB), Izalci se posicionou contra a privatização e se disse a favor de um aporte de capital para recuperar a instituição. Ele contou que busca reunião com o ministro da Fazenda, Dario Durigan, para discutir o financiamento. "O BRB tem todas as condições de se recuperar, inclusive com ações que já foram apresentadas com relação à restituição", reforçou.

De olho no retorno à Câmara em 2027, onde o PL terá 121 deputados, Izalci defendeu alianças para garantir espaço em comissões como CCJ, Saúde e Educação. "Não adianta nada também ganhar tudo no Senado, chega à Câmara, você perder tudo", advertiu. Segundo o senador, se a legenda lançar candidatura própria à Presidência da Casa, votará no nome escolhido pelo partido.

**Nós conquistamos realmente uma vitória muito significativa para o DF. A gente conseguiu tirar o fundo desse pacote fiscal que daria um prejuízo de quase R$ 2 bilhões para o Distrito Federal por ano"**

***Izalci Lucas (PL-DF),*** *senador*

***Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa**

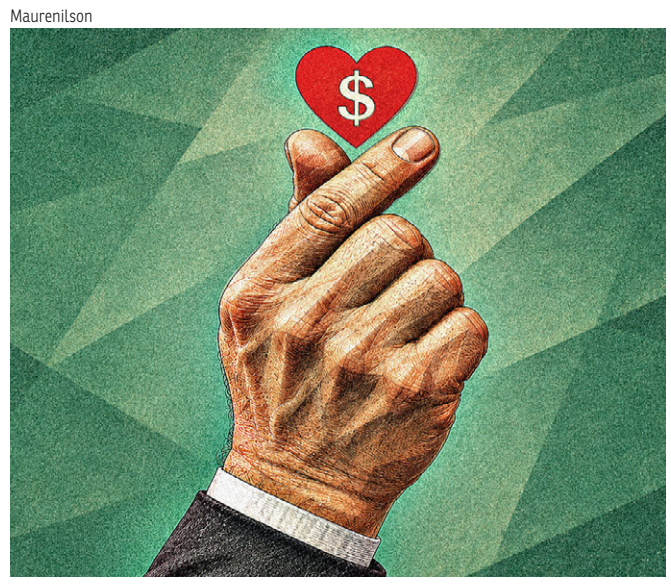
## NAS ENTRELINHAS

**Por Luiz Carlos Azedo**



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson




# A "economia do afeto" entre o ajuste fiscal e as desigualdades sociais

A questão política central do novo governo Lula é submeter seu vínculo com "os de baixo" ao crivo do Orçamento. A questão pode ser vista a partir de perspectivas diferentes, porém convergentes. No artigo Transformismo e petismo (revista Política Democrática, novembro de 2025), o historiador Alberto Aggio chama de "economia do afeto" a relação de reconhecimento e lealdade entre Lula, o PT e as camadas populares. No sábado, na Ilustríssima (Folha de S. Paulo), o economista Ricardo Henriques propõe que o quarto mandato de Lula combine proteção contra a pobreza e mobilidade social. Os dois textos mostram que o governo está diante de uma escolha concreta. Para preservar a base material desse vínculo, Lula terá de repensar as políticas sociais dentro dos limites fiscais que a economia possa suportar.

Doutor em história social pela USP e professor titular da Unesp, em Franca, Aggio estuda a história política do Brasil e da América Latina contemporânea, com trabalhos sobre a experiência chilena e a redemocratização brasileira. Em A construção da democracia no Brasil, 1985–2025, recorre ao conceito de transformismo para interpretar a trajetória petista. A convivência entre a contestação da ordem, a mobilização popular e a aposta na via eleitoral estaria presente desde a formação do PT. Essa combinação ajuda a explicar como o partido cresceu, ampliou suas alianças e chegou ao governo sem perder sua identificação com os setores populares.

Henriques vem da economia social e da gestão pública. Foi professor da Universidade Federal Fluminense, pesquisador do Ipea e secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social. Coordenou o grupo que desenhou as bases do Bolsa Família no primeiro governo Lula e passou pelo Ministério da Educação. Professor associado da Fundação Dom Cabral, levou para o Instituto Unibanco uma trajetória dedicada à educação e às desigualdades. No artigo O que Lula deve fazer para intensificar proteção e mobilidade social, sua pergunta parte da experiência de quem ajudou a montar uma política nacional de transferência de renda. Como fazer com que a proteção recebida hoje mude as perspectivas de uma família amanhã?

Na leitura de Aggio, o afeto tem consequências materiais. O reconhecimento de um líder que conhece a experiência dos trabalhadores ganha força quando o salário-mínimo compra mais, o crédito se torna acessível e uma família passa a contar com renda regular. O benefício tem valor em si e também muda a percepção que as pessoas têm do Estado e de quem as representa. A força eleitoral dessa relação ajuda a entender por que a revisão de uma política social pode ter um custo político muito superior à economia que aparece na planilha.

A dificuldade é que as expectativas mudam à medida que as condições de vida melhoram. Para quem ainda convive com a fome, a regularidade da renda é decisiva. Para quem saiu da pobreza e pode voltar a ela ao perder o emprego, contam também a creche, o tempo de deslocamento, a qualidade da escola e a possibilidade de conseguir trabalho com carteira assinada. Uma mãe pode receber uma oferta de emprego e recusá-la porque não tem com quem deixar o filho. Nesse caso, uma vaga na creche pode fazer mais pela renda da família do que um curso de qualificação oferecido sem considerar sua rotina.

### Onde cortar?

É a essa diferença que Henriques responde quando propõe uma "Política Social 4.0", na qual defende que o Cadastro Único seja integrado a outras bases públicas, para coordenar no território as equipes de saúde, educação e assistência e tornar gradual a transição do benefício para o emprego formal, com retorno simplificado à proteção em caso de demissão. O desempenho passaria a ser medido pela capacidade de sustentar a melhora da renda, da escolaridade e das condições de trabalho. A saída do cadastro, pura e simples, diz pouco sobre quanto tempo uma família consegue se manter fora da pobreza.

O xis do problema é que a restrição fiscal obriga o governo a escolher onde cada real pode produzir mais efeito. Integrar serviços custa dinheiro e exige pessoal, sobretudo nos municípios com menor capacidade de atendimento. Parte dos recursos pode vir da revisão de ações sobrepostas, mas a economia precisa ser demonstrada antes de financiar compromissos permanentes. Henriques defende cadastro atualizado, focalização e avaliação dos programas sociais. Aplica a mesma régua a subsídios, renúncias tributárias e regimes especiais de previdência e propõe começar o ajuste pelas despesas de menor efeito redistributivo. A disputa pelo Orçamento passa, assim, por identificar quem de fato se beneficia de cada despesa e quais privilégios o Congresso está disposto a rever. O ajuste fiscal em debate na Câmara é uma amostra grátis das dificuldades políticas a serem enfrentadas por uma estratégia como essa.

A "economia do afeto" deu a Lula força política para pôr a pobreza no centro da agenda. O desafio do quarto mandato é usar essa força para aprovar prioridades que sobrevivam ao aperto fiscal e ao próprio presidente. Isso envolve assegurar renda a quem precisa dela agora e financiar, de modo duradouro, os serviços que diminuam a chance de seus filhos dependerem da mesma proteção. É nessa passagem que a garantia de direitos descrita por Aggio pode ganhar a forma de política de Estado imaginada por Henriques.